



A CADEIA PRODUTIVA DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

Luiz Carlos Corrêa Carvalho (Caio)

caio@canaplan.com.br

O Brasil tem extrema capacidade competitiva no setor de agribusiness. Em seu último relatório sobre “commodities” agrícolas, o USDA (Departamento de Agricultura dos EUA) relata que a competitividade desse setor brasileiro foi subestimada. É um fato: somos líderes em uma série de produtos agroindustriais em produção, produtividade e em custos de produção. Esse é um dado relevante para a soja, cana-de-açúcar, café e laranja, entre outros produtos.

Saindo do campo macro de visão, procure-se colocar a lente de aumento sobre um desses setores; se verá uma seqüência de elos que se chama de cadeia produtiva. No caso da cana-de-açúcar, tem-se, talvez, a mais longa e complexa cadeia agroindustrial, abrangendo a produção de alimentos, energia líquida renovável, energia elétrica, que tem o seu início no setor agrícola alimentado por moderna indústria de insumos à produção; passando pelo setor industrial alimentado por competente indústria de bens de capital; produtos obtidos, tem-se o açúcar para consumo de mesa, industrial e exportação; tem-se as Distribuidoras de Combustíveis levando o álcool aos Postos de Revenda que, por sua vez, alimentam os veículos movidos a gasolina (com 20 a 25% de álcool) e a álcool (agora também veículos flexíveis a combustível) que são produzidos por um grande número de Montadoras, chegando ao consumidor através das Revendas de Veículos; ainda há os Distribuidores de Energia Elétrica que carregam a energia do bagaço da cana e das suas palhas ou folhas transformadas em megawatts pela co-geração; ainda há um grande número de outros subprodutos esperando para chegar ao mercado.

Cada um dos elos dessa cadeia produtiva tem vida própria, com aspirações e interesses nem sempre coincidentes com os elos que se ligam a eles. No entanto, o sucesso de um tem tudo a ver com o do outro, assim como as diferenças entre eles acabam gerando conflitos que, normalmente, não recebem o tratamento adequado.

Como estratégia de ação, os participantes de qualquer cadeia produtiva tem a normal dificuldade do entendimento dos desejos de cada elo dela. Desde a definição do “modus operandi” do governo brasileiro para o setor sucroalcooleiro como sendo uma efetiva mudança de um longo período de intensa intervenção do Estado para uma

desregulamentação sem precedentes, na década dos anos 90, tem-se verificado alguns comportamentos problemáticos:

a) Do ponto de vista do setor privado, o governo deve manter-se longe do negócio setorial, aceitando os argumentos que lhe são impostos ou apresentados, concedendo os pleitos que interessam ao produtor e, nem sempre, ao contribuinte.

b) Do ponto de vista do setor público, lavam-se as mãos ou explica-se que a Constituição de 1988 não mais permite ao Governo ações de intervenção.

Esse estado de coisas tem levado a crises mais constantes dentro do setor e salientadas pelo baixo nível de confiança entre os agentes todos da cadeia produtiva e falta de credibilidade junto ao consumidor. Pior que isso, essa transição “destrambelhada” vem caracterizando ações que privilegiam, de forma radical, o curto espaço de tempo da conjuntura. E vive-se isso, e alimenta-se isso e formaliza-se o ciclo de volatilidade e ações descoordenadas.

Em se tratando de energia, principalmente derivada da biomassa e os seus riscos naturais de produção, o Governo tem que se fazer presente. Se não da forma anterior, de papel central, hoje o Governo tem um papel indireto, parcial, mas decisivo! Há que se desenhar sua função estratégica de catalizador de ações ou mesmo desafiador, para que o setor privado possa desenhar os seus planos de investimento para o médio e o longo prazos com segurança.

Durante 60 anos, o Governo Federal, através do IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool, contratava as produções individuais através dos Planos de Safra e tinha as regras e normas legais para fiscalizar e penalizar os desvios. Na década de 1990, o Governo, literalmente, enterrou essas normas..... anos mais tarde, com a desregulamentação e liberalização dos preços, os ossos voltam à baila pois os produtos setoriais são de grande relevância ao país, líder incontestemente mundialmente da produção e uso das energias renováveis.

O que ocorreu? Como um exemplo simples, tome-se o redirecionamento dos investimentos setoriais desde 1999 (efetiva liberação dos preços):

Safra C/Sul	% ATR* em Açúcar	% ATR em Álcool Anidro	% ATR em Álcool Hidratado
99/00	46,13	25,72	28,15
00/01**	45,09	29,68	25,23
01/02	48,12	29,86	22,03
02/03	49,70	28,84	21,46
03/04***	44,00	56,00	
* : Açúcares Totais na Cana			
** : Impacto da liberação mal planejada			
*** : Previsão			

Nitidamente pode-se ver que a queda da venda dos veículos a álcool levou à queda do consumo do álcool de álcool. É simples assim?

Não! Veja-se a tabela a seguir:

Safra C/S	Consumo Hidratado (bi litros)
98/99	7.4
99/00	6.2
00/01	4.3
01/02	4.4
02/03	4.9

Como se explica o crescimento da demanda se o sucateamento da frota dos veículos a álcool é muito maior que as vendas de carros a álcool? Conversão de carros a gasolina para serem movidos a álcool? “Rabo de galo”?

Do lado do açúcar, as exportações já são superiores ao consumo interno. Mas esta situação já atinge um nível acima do qual os preços cairão vertiginosamente. Afinal, as barreiras tarifárias e não tarifárias e os subsídios nos países desenvolvidos limitam o crescimento da exportações de açúcar do Brasil. As exportações de álcool são incipientes e padecem do mesmo mal.

E a visão da cadeia? O que pensam as Montadoras de Veículos? A Distribuidora de Combustível se interessa por o que? E o lado das Revendas? E quem defende o consumidor?

Elogiada e criticada, a idéia da Câmara Setorial é a de permitir ao Governo e aos elos da cadeia produtiva a visão do todo. Em teoria, é uma forma democrática e transparente para os debates sobre políticas públicas. A importância desse setor na geração de empregos é crucial; a valorização da agroindústria pela sua capacidade de

reduzir as emissões globais de CO2 e o nível de poluição local é, hoje, do conhecimento de todos; melhora a balança comercial brasileira e, a cada ano, é mais competitiva.

Como país, há que se manter ou mesmo reforçar essa vantagem competitiva, lubrificando os elos da cadeia produtiva, estimulando a rivalidade entre as empresas no sentido da contínua inovação e menores custos de produção.

São fundamentais políticas clara e consensadas entre os agentes que participam da cadeia produtiva, pois, só assim, se obterá coesão e consistência, ingredientes essenciais para se ter credibilidade.

Para isso, o exercício democrático com pauta estabelecida em uma Câmara Setorial não é um exercício de mera substituição de funções do governo nem de formalização das desconfianças do setor privado..... é uma interessante forma encontrada de tê-los atuando juntos num programa excelente ao país, com a visão do futuro.